



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO ÚNICO JEC DA COMARCA DE PIRIPIRI/PI

PROCESSO: 00104497220198180002

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA**, opor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Ante os fundamentos a seguir:

DA SÍNTESE DOS FATOS E DA OMISSÃO NA DECISÃO PROFERIDA:

Com a mais a respeitosa vênica, assim o fazendo, afigura-se a v. decisão omissa em pontos essenciais, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, a fim de que essa V. Exa. decida-os e confira os efeitos integrativos ao respeitável decum.

Frisa-se que no *d.* decum verifica-se grave OMISSÃO, que devem ser supridas ou sanadas por meio dos presentes embargos, sendo certo que o recurso não objetiva rediscutir a matéria, mas afastar os vícios constatados no julgado.

DESCABIMENTO DE RENOVAÇÃO DE PLEITO INDENIZATÓRIO

LESÃO PREEXISTENTE

Inicialmente, deve-se sopesar o fato da parte Embargada ter pleiteado judicialmente verba indenizatória DPVAT, cujo processo tramitou na JEC DE PIRIRI de Nº **002.2011.032.7356**, sendo autuado sob o nº. **002.2011.032.7356002**, em virtude de acidente automobilístico ocorrido em **28/07/2010**.

Frisa-se que a parte Embargada requereu o recebimento do Seguro Obrigatório DPVAT nos autos da ação supracitada em decorrência de JOELHO DIREITO, **50%**, ou seja, o requerente sustenta seu pleito indenizatório em lesão idêntica a que fora recebida anteriormente.

Constata-se que os documentos acostados aos autos comprovam que o acidente que ocasionou a debilidade permanente foi anterior ao narrado na inicial, não havendo, portanto, nexo de causalidade entre o novo acidente e a lesão apresentada pela parte autora.

Deste modo, é irrefragável que a presente lide tem o mesmo pedido de outra ação que teve o mérito julgado, uma vez que a parte sequer comprova que houve agravamento da lesão em virtude de um suposto novo acidente automobilístico.

São essas as razões pelas quais a embargante confia, espera e requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos Declaratórios, enfrentado o ponto OMISSO, conferido efeitos integrativos para o fim de prover integralmente, tudo por ser medida de direito e irretorquível JUSTIÇA!

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

PIRIPIRI, 6 de agosto de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PI 10201

EDNAN SOARES COUTINHO
1841 - OAB/PI

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO

PIRIPIRI

J.E. CIVEL DE PIRIPIRI SEDE

CARTA-MANDADO DE CITACÃO para SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
DPVAT S.A.

Processo nº 002.2011.032.755-6

Promovente(s)	Nome FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA	Identidade 11717978	CPF/CNPJ 773.802.583-20
	Endereço: Logradouro: JOAO FREITAS RESENDE nº207 Bairro: PRADO, Cidade: PIRIPIRI-PI CEP: 64.260-000		
Promovido	Nome SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.	Identidade E	CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
	Endereço: Telefone: 02138614600 Logradouro: RUA SENADOR DANTAS nº74 Complemento: 5º ANDARBairro: CENTRO, Cidade: RIO DE JANEIRO (CIDADE)-RJ CEP: 20.031-205		
 Tipo de Ação	Procedimento do Juizado Especial Cível		
 Tipo de Citação	Off-Line	Valor da Causa: RS 7.762,50	
 Juízo	J.E. Cível de Piripiri Sede		
 Audiência de Conciliação	3 de Novembro de 2011 às 09:30		

O(A) MM(a). MARIA HELENA REZENDE ANDRADE CAVALCANTE cita a parte supra, **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, nos termos do art. 172, § 2º do CPC, combinado com o art. 12 da Lei 9.099/95, para todos os termos da ação indicada, cliente que deverá comparecer à audiência de conciliação, na data e hora designada.

ADVERTÊNCIA: O não comparecimento às audiências importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. Comparecendo a parte promovida (ré), e não obtida a conciliação, poderá a ação ser julgada antecipadamente, se for o caso, ou se proceder à audiência de instrução e julgamento.

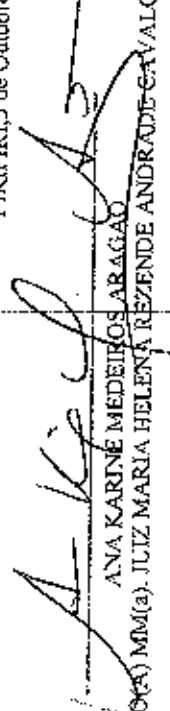
O promovido deverá oferecer contestação, escrita ou oral, na audiência de instrução e julgamento, sendo obrigatória, nas causas de valor superior a 20 salários mínimos, a presença de advogado. Em se tratando de pessoa jurídica, o preposto deverá apresentar no ato da audiência respectiva a carta de proposição, sob pena de revelia.

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional E-CNJ (Projudi), cujo endereço na web é <https://www.tjpi.jus.br/projudi/>. Para se cadastrar neste sistema compareça na sede deste juízo. Documentos (procurações, cartas de proposição, contestações) devem ser trazidos ao juízo em formato digital (CD, DISQUETE etc.) em arquivos com no máximo 3146304MB cada.

ATENÇÃO: AUDIÊNCIA DE Conciliação DESIGNADA PARA 3 de Novembro de 2011 às 09:30 NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO(A) J.E. Cível de Piripiri Sede.

LOCAL: J.E. Cível de Piripiri Sede
Avenida Rezendes nº 9
Bairro: Centro, Cidade: PIRIPIRI-PI
CEP: 64.260-000

PIRIPIRI, 5 de Outubro de 2011 às 12:37


ANA KARINE MEDEIROS ARAGÃO
POR ORDEM O(A) MM(a). JUÍZ MARIA HELENA REZENDE ANDRADE CAVALCANTE



ADVOCADOS ASSOCIADOS

Dr. Ubaldino Gomes de Azevedo Brito OAB/PI-6523

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUIZA DE DIREITO DO
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE PIRIPIRI-PI,**

FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA, brasileiro, solteiro, lavrador, portador do Rg. Com o nº 171.797-8 SSP/PI, inscrito no CPF de nº 773.802.583-20, residente e domiciliado na Rua João Freitas Resende, nº 207, Bairro Prado, Cidade de Piripiri, Estado do Piauí, por seu procurador que a esta subscreve, vem respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fulcro no artigo 3º da Lei 6.194/74 e demais disposições aplicáveis a matéria, propor a presente

AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA

em desfavor da SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, Pessoa Jurídica de Direito Privado regularmente conveniada, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas nº. 74, 5º Andar, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro-Estado do Rio de Janeiro, CEP. 20031-205 e telefone (021) 3861-4600, pelos fundamentos que se seguem, para o final requerer:

FORO COMPETENTE

A presente ação discute questão de cobrança relativo a obrigação da demandada em arcar com tal disposição, com fulcro na lei 6.194/74, portanto, inicialmente, para justificar a escolha desse foro para apreciá-la e dirimir a questão apresentada, o autor invoca o dispositivo do dígito processual civil no seu artigo 100, parágrafo único, onde se estampa a possibilidade de propositura de ação judicial no domicílio do autor, bem como a torrencial jurisprudência que de forma coerente se manifestou:

EMENTA

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. INCOMPETÊNCIA DE FORO
DECLARADA EX OFFICIO PELA MAGISTRADA "A QUO".**



ADVOGADOS ASSOCIADOS

Dr. Osbaldo Guimarães de Araújo Brito - OAB/PB 5556

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATORIO DPVAT. COMPETENTE FORO DO DOMICÍLIO DA AUTORA OU DOS FATOS, NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 100 DO CPC. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO MANTIDA COM REMESSA DOS AUTOS À COMARCA DE CONGOINHAS. Processo: AI 2753497 PR Agravo de Instrumento - 0275349-7 Relator(a): Carlos Mansur Andia Julgamento: 17/11/2004 Órgão Julgador: Setima Câmara Cível (extinto TA) Publicação: 02/12/2004 DJ: 6758.

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL - EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA - AÇÃO DE COBRANÇA (DPVAT)- FORO COMPETENTE - DOMICÍLIO DO AUTOR OU LOCAL DO FATO - PRERROGATIVA - RENÚNCIA -ADMISSIBILIDADE.

1. É do autor a opção pelo ajuizamento da ação no foro de seu domicílio ou no foro do lugar do acidente. O réu não pode opor-se à opção do autor. Este, entretanto, pode renunciar à prerrogativa de foro e ajuizar a ação no domicílio do réu (CPC 94). Se isto ocorrer, ao réu é vedado arguir a incompetência relativa, por falta de interesse e pelo foro do domicílio dele, réu. 2. Recurso improvido. Processo: AGR 5852093120108260000 SP 0585209-31.2010.8.26.0000 Relator(a): Artur Marques Julgamento: 28/02/2011 Órgão Julgador: 35ª Câmara de Direito Privado Publicação: 04/03/2011 (Grifo Nosso)

1.DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA

Inicialmente o autor requer que seja concedido o benefício da Justiça Gratuita, tendo em vista que o mesmo não possui condição de arcar com a custa do processo, sem prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família.

2. DOS FATOS

O autor foi vítima de um grave acidente automobilístico ocorrido no dia 28.07.2010, tendo sofrido várias lesões pelo corpo bem como na amputação de membro inferior direito, com perda total dos movimentos do tornozelo direito e deformidade do membro inferior direito. (Segue Boletim de Ocorrência em anexo)

Com isso Excelência, ciente do seguro obrigatório DPVAT, legalmente estabelecido pela Lei n° 6.194, de 19 de dezembro de 1974, o requerente prontamente encaminhou o pedido administrativo perante a Seguradora, a fim de receber os 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) (art.3º, II), com sinistro



ADVOGADOS ASSOCIADOS

Dr. Claudio Gomes de Araújo Brito OAB RJ 153.18

de número 2011/294197, uma vez que foi constatada sua invalidez na via administrativa em virtude das graves seqüelas oriundas do grave acidente.

A invalidez do requerente foi prontamente reconhecida na via administrativa, uma vez que lhe foi paga a quantia R\$ 1.687,50 (Mil Seiscentos e Oitenta e Sete Reais e Cinquenta Centavos) no mês de Agosto do corrente ano.

Acontece Excelência, que a seguradora efetuou o pagamento da quantia acima referida em total afronta aos mandamentos legais, baseando-se em resoluções administrativas internas, bem como na refletida tabela para cálculo da indenização em caso de invalidez permanente, impondo o requerente, quando do seu recebimento, que o mesmo assinasse recibo dando plena, geral e irrevogável quitação para não mais reclamar, pretender, exigir ou mandar com fundamento no presente sinistro, recibo este que não foi entregue cópia ao autor.

Tal prática em efeito para a Ré é claramente abusiva e ilegal, motivo esse que se faz necessário à intervenção deste juízo para resolução da presente lide.

3. DA LEGITIMIDADE PASSIVA DA REQUERIDA

Como foi mencionado quando da qualificação da requerida, esta é seguradora regulamentamente conveniada junto à superintendência de seguros privados - SUSEP, sob o código FIP nº 05231, logo, encontra-se legalmente obrigada a cumprir os termos estipulados para operar junto ao seguro DPVAT.

Determina o art. 5º, § 4º, da Resolução nº. 109/2004, que se encontra atualmente em vigor, o seguinte, *in verbis*:

"Art. 5º para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois convênios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4."

"§ 4º Os convênios de que trata o caput deste artigo deverão estipular que qualquer uma das sociedades seguradoras se obriga a pagar a devida indenização pelas reclamações que lhe forem apresentadas."

A requerida em comento, ante o **princípio da solidariedade** que se evidencia claramente da transição do artigo supra, está legitimada para figurar no pólo passivo da presente demanda. Demonstrando mais claramente o **princípio da solidariedade** prevê o art. 7º, caput, da Lei nº 6.194/74, o seguinte, *in verbis*:



ADVOGADOS ASSOCIADOS

Dr. Ubaldino Gomes de Araújo Neto - OAB/PB-5252

Art. 7º Os valores correspondentes às indenizações, na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária, sujeitam-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido e juros moratórios com base em critérios fixados na regulamentação específica de seguro privado.

Nesse sentido, é o entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça e demais Tribunais Estaduais, in verbis:

STJ DIREITO CIVIL SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS IDENTIFICADOS, LEGITIMIDADE PASSIVA RESPONSABILIDADE DE QUALQUER SEGURADORA.

A indenização do seguro obrigatório (DPVAT) pode ser acionada para pagar o valor da indenização correspondente ao seguro obrigatório assegurado direito regresso.

O valor da cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículos automotor (DPVAT) é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), segundo a Lei nº. 6.194/74, com alterações da Lei 11.482/07.

4.DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Aduz a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, no seu Art. 5º, §1º, o seguinte:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente a do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do seguro.

§1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos;

Conforme comprovada a existência do acidente de trânsito, bem como das Lesões suportadas pelo autor oriundas do referido acidente, outra opção não restava à seguradora a não ser o pagamento do seguro obrigatório DPVAT, nos limites fixados pela legislação.

A lei ° 6.194/74, no seu Art. 3º, II, determina que:

Art. 3º: Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte,

(86) 9445-6589



ADVOGADOS ASSOCIADOS

Dr. Osvaldo Cabreriz de Araújo Brito - OAB RJ-65

invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vítima

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007);

Então, de acordo com a tabela incluída pela Lei 11.945/2009, ao invés de ter sido paga a quantia proporcional à deformidade permanente do autor, conforme laudo médico anexado, não lhe foi pago corretamente, levando-se em consideração o aludido artigo, somente foi paga a quantia de R\$ 1.687,50, restando o remanescente, valor este que deverá ser acrescentado de juros e correção monetária desde o inadimplemento da Ré, conforme a demonstração:

A invalidez permanente conforme o artigo II da lei supra estabelece o valor do seguro em R\$ 13.500,00. A Declaração médica Incapacidade permanente possui o percentual de 100% do membro inferior direito, vide em anexo. O Percentual sobre o capital segurado correspondente ao órgão lesado com base na Lei 11.945/2009 é de 70%

Assim sendo calcula-se: A Invalidez funcional permanente em 100% do Membro inferior direito: Valor R\$ 13.500,00 x 100% x 70% = **R\$ 9.450,00.**

O valor erroneamente pago pela seguradora foi de **R\$ 1.687,50**, ou seja, o valor restante para complementação do seguro dpvat devido ao autor é de **R\$ 7.762, 50.**

Como é sabido por todos que participam do mundo forense, as seguradoras, em total afronta a Lei Federal, como demonstrado in casu, nunca cumprem integralmente tais pagamentos, uma vez que se aproveitam ilegalmente de resoluções internas administrativas para estabelecerem os percentuais das indenizações a serem pagas, o que aponta flagrantemente a hierarquia das normas jurídicas obrigando as vítimas de acidente de trânsito a se submeterem a um processo judicial para verem garantido um direito previamente amparado por lei e que encontra unanimemente no entendimento jurisprudencial.

Não se faz necessário que os documentos médicos acostados a inicial sejam do IML, uma vez que nestas localidades não existem (conforme documentos que ora se juntam), senão vejamos:

EMENTA: Apelação cível. Seguros. DPVAT. Carência de ação afastada. Existência de registro de ocorrência. O laudo do IML não é documento imprescindível à propositura da ação. Invalidez permanente oriunda de acidente de trânsito. Inteligência do art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74, que prevê o pagamento de até R\$

(86) 9445-6589



ADVOGADOS ASSOCIADOS

Dr. Ubaldino Guimarães de Lima Neto - OAB/RS-65.481

13.500,00 em caso de invalidez permanente, não havendo diferença se a moléstia foi parcial ou total. Não prevalece a Portaria do CNSP. Aplicabilidade da Lei nº 6.194/74. Apelo desprovido. (Apelação Cível Nº 70034106856, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ney Wiedemann Neto, Julgado em 15/04/2010).

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO. PRELIMINAR. CARÊNCIA DE AÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. REJEIÇÃO. INEXISTENCIA DE LAUDO DO IML. PRELIMINAR L.O pagamento a menor, com quitação da parcela incontroversa, não impede o beneficiário de buscar em juízo a complementação do que lhe é devida. II. Q. laudo do IML não é documento imprescindível à propositura da ação que visa o recebimento da indenização DPVAT, até mesmo porque há laudo médico atestando a invalidez permanente, merecendo fé pública. MÉRITO. III. Uma vez demonstrado quadro de invalidez permanente, decorrente de acidente de trânsito envolvendo veículo automotor, cabível o pedido da indenização decorrente do Seguro Obrigatório (DPVAT) máxime quando reconhecido o quadro de invalidez, na esfera extrajudicial, mediante pagamento do valor indenizatório, ainda que a menor. IV. Havendo previsão específica no art. 3º, inciso "II, da Lei nº 6.194/74, com redação dada pela Medida Provisória nº 340/06, convertida na Lei nº 11.482/07, atribuindo o valor da indenização em até R\$ 13.500,00, falece o Conselho Nacional de Seguros Privados de competência para, através de norma de hierarquia inferior, alterar o limite indenizatório estabelecido em lei ordinária. PRELIMINARES REJEITADAS E APELO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70031544299, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Liege Puricelli Pires, Julgado em 17/09/2009) **Data de Julgamento:** 17/09/2009 **Publicação:** Diário da Justiça do dia 05/10/2009.

Então conforme o que foi alegado e provado constata-se claramente incontroverso o direito ora pleiteado, visto que a requerida efetuou pagamento em valor bem inferior ao qual o autor faz jus, e assim pelo que se espera seu pleno reconhecimento ao qual seja na procedência da presente demanda em todos os seus termos.



ADVOGADOS ASSOCIADOS

Dr. Ubaldo Gutierrez de Araujo Brito - OAB PI-6348

5.DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, vem o autor requerer os seguintes pedidos:

- a) O deferimento do pedido acima pleiteado para que a parte promovida, bem como a FENASEG, apresente toda e qualquer documentação a cerca do processo administrativo que tramitou em favor do requerente, tais como laudos médicos, valores pagos, dentre outros;
 - b) Inversão do ônus da prova, tendo em vista a inquestionável incidência das normas do Código de Defesa do Consumidor, bem como ante a hipossuficiência do autor;
 - c) Designação de audiência conciliatória, com a consequente citação/intimação da requerida **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**, para comparecer ao referido ato e, querendo, apresentar defesa no prazo legal, sob pena de confissão ficta aos termos alegados.
 - d) Por fim, julgamento procedente de presente feito em todos os seus termos, condenando a promovida ao pagamento do valor remanescente a que tem direito a parte autor, equivalente a **R\$ 7.762,50** que deverá ser regularmente corrigido monetariamente, desde o inadimplemento da Empresa Ré;
- Dá-se a causa o valor de R\$ 7.762, 50 (Sete Mil Setecentos e Sessenta e Dois Reais e Cinquenta Centavos).

Pedimos Deferimento.
Piripiri - PI, 03 de Outubro de 2011.

Ubaldo Gutierrez de Araujo Brito
OAB - PI/6348



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

CANUTO GUTIERREZ

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE

NOME: FRANCISCO DAS CHAGAS DE SAUSA

NACIONALIDADE: BRASILEIRO, ESTADO CIVIL: SOLTEIRO

PROFISSÃO LAUREADOR

RESIDENTE E DOMICILIADO: RUA João FÉLIX Resende, nº 207, BAIRRO PRADO

CEP: 64360-000, CIDADE: PIRIPIRÍ, ESTADO: PIAUÍ

TELEFONE: _____, RG: 171.797-8 SSP/PI

CPF: 207.773.202-58-3CTPS

OUTORGADO: DR. UBALDO GUTIERREZ DE ARAUJO BRITO, brasileiro, advogado, solteiro, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 6348, Seção do Estado do Piauí, com escritório profissional situado na Rua Major Antônio Albino, nº 472, Bairro Centro, cidade Piripiri/PI, Cep. 64.260-000, onde recebe as intimações judiciais e administrativas de estilo.

PODERES: outorgando-lhe(s) amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 38 do Código de Processo Civil, e os especiais para transigir, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer, renunciar, desistir, reconhecer a procedência do pedido, receber intimações, receber e dar quitação, praticar todos atos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, e órgãos da administração pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom e valioso, bem como praticando todos os demais encargos admitidos para os fins do presente mandado.

Local e Data: Piripiri, 27 de Setembro de 2011.

x Soluções da Classe de 2011



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE PEDRO II
Telefone: (0xx86) 3271-2575



Pedro II – PI, 06 de outubro de 2010.

CERTIDÃO

CERTIFICO, a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo o Livro de Registro de Boletins de Ocorrências desta Delegacia, encontrei um Boletim de Ocorrência registrado às fls. 99/V e 100, cujo teor é o seguinte: “BO Nº 496/10. Del. de Pol. de Pedro II – PI. Data: 16/09/10; Hora: 09h51. Resp. p/ registro: Leite. Dados do Notificante: JOSÉ PEDRO DE SOUSA, brasileiro, piauiense, casado, lavrador, residente na Rua João de Freitas Resende, 807, Prado, Piripiri – PI, RG Nº 642.511-PI, CPF Nº 773.802.583-20. Natureza do Fato: Acidente Automobilístico. Narrativa do Fato: O notificante compareceu a esta Delegacia, para comunicar que o seu filho, Sr. **FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA**, RG Nº 1.717.978-SSP/PI, CPF Nº 349.617.473-00, brasileiro, piauiense, solteiro, trabalhador autônomo, com 50 anos de idade, filho de José Pedro de Sousa e de Francisca Jerônimo de Sousa, residente no endereço supracitado, sabendo apenas assinar o nome, foi vítima de acidente automobilístico, quando, por volta das 09h00 do dia 28/07/10, pilotava a motocicleta marca/modelo Honda/CG 125 FAN, ano/modelo 2007, cor preta, Código RENAVAM Nº 924708573, que está em nome de FRANCISCO DAS CHAGAS CLEMENTE DE SOUSA, residente na Estrada Rosápolis, Parnaíba – PI, placa NHU-9006, chassi Nº 9C2JC30707R180458, pela Rodovia BR 404, e, já neste município de Pedro II – PI, sofreu um acidente de trânsito, ocasião em que fraturou a tibia esquerda, tendo sido socorrido por policiais militares, que o levaram para o Hospital Josefina Getirana Netta, situado nesta cidade, de onde foi transferido para o HUT, em Teresina, onde foi cirurgiado nas duas pernas, e onde também passou 36 (trinta e seis) dias internado, quando recebeu alta, e voltou para casa, em Piripiri – PI, sendo que ainda foi implantado platina, no pé direito do mesmo. Notificante: José Pedro de Souza.” Era o que tinha a certificar. O referido é verdade e dou fé. Antonio Leite de Carvalho (ANTONIO LEITE DE CARVALHO), Escrivão de Polícia Civil de Classe Especial, que o digitei e assino. //

ANTONIO LEITE DE CARVALHO
Delegado de Polícia Civil de Pedro II



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 740983
Comunicação: C827686
* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

DADOS GERAIS DA OCORRÊNCIA

PRF: 1072264 - HERTONIO JOSE DE ANDRADE PAZ
Município/UF: PEDRO II/PI
Data/Hora do Acidente (hora local): 28/07/2010 09:50 BR: 404 KM: 45,2
Fase do dia: Pleno dia Condições da Pista: Seca
Tipo de Acidente: Colisão Transversal Sentido da Via: Crescente
Sinalização existente: Vertical/Horizontal
Restrições de Visibilidade: Inexistente
Houve danos ao patrimônio da União? Não
Sinalização luminosa: Inexistente/fo
Condição meteorológica: Céu Claro

Houve danos ao patrimônio de terceiros? Não
DESCRIÇÃO DOS DANOS AO PATRIMÔNIO DE TERCEIROS:

Houve danos ao ambiente? Não
DESCRIÇÃO DOS DANOS AO AMBIENTE:

CONDIÇÃO DA RODOVIA

Uso do Solo: Rural Tipo de Localidade: Residencial

Existe acostamento? Sim Estado de Conservação: Ruim
Possui defesa? Não existe Possui meio-fio? Não existe
Há desnível? Não É pavimentado? Não Largura (m): 1,1

Existe canteiro central? Não Estado de Conservação: Não informado
Obstáculo ao Cruzamento: Não informado
Largura (m): 0 Tipo de inclinação: Estado de Conservação do Obstáculo:

Faixa de Domínio - Estado de Conservação: Regular Ocupação: Livre
Cerca: Conservada Pista de Rolamento - Estado de Conservação: Bom
Tipo de Pavimento: Asfalto Perfil: Rampa >= 3% Traçado: Reta Tipo: Simples Qtd. de Faixas: 02
Superlargura: Não Largura da Pista (m): 5,6 Estreitamento: Não Existe Curva Vertical: Não Existe Superelevação: Não

TEXTO DESCRITIVO DA CONDIÇÃO DA RODOVIA:

PROQUI

Diagrama de uma rodovia com pontos A, B e C. A rodovia é representada por uma linha horizontal com pontos A, B e C marcados. A rodovia é rotulada como "PIRIPIRI-PI".

LEGENDA:

- Automóvel
- Veículo Trator
- PeDESTRO
- Ponto B
- Ponto P
- Ponto C
- Ônibus
- Animal
- Capotagem
- Tombeamento
- Incidência
- Local da colisão
- MARCA
- Tram
- Conjugado
- Objeto Fixo
- Ponto A
- Ponto A'
- Antes da Colisão
- Marca de Frenagem
- Veículo Assente
- Reboque/Semi-reboque
- Triângulo de Anarração
- Veículo de 2 ou 3 rodas
- MARCA
- Marcha à frente
- Patinação ou Derrapagem
- DopoIS da Colisão

Latitude do Ponto C: Longitude do Ponto C:
Referência do Ponto A/A': Referência do Ponto B:
Distância AB (m): 3,0 Distância AC (m): 1,3 Distância BC (m): 4,3

VEÍCULO	P1	DISTÂNCIA P1-A (m)	DISTÂNCIA P1-B (m)	P2	DISTÂNCIA P2-A (m)	DISTÂNCIA P2-B (m)
V1	FE	18,6	15,6	FE	17,2	14,0
V2	TE	15,0	12,0	TE	16,0	12,8

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 29/07/2010 18:12:17
NÚMERO DE CONTROLE: 3167fca7e875d486

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 740983
Comunicação: C827686
* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

Narrativa da Ocorrência:

Conforme averiguações realizadas no local do acidente, no município de Pedro II - PI, no km 45,2 da BR 404, verificamos através de vestígios e declaração de testemunha que: O veículo V2, HONDA/CG 125 FAN de placas NHU9006 - PI, em determinado momento, ao realizar manobra busca de conversão à esquerda, provocou colisão transversal com V1, ICHÉVROLET AGILE LT de placas EMP1669-SP, que seguia o fluxo logo atrás.

VEÍCULOS ENVOLVIDOS

Placa: EMP-1669 Sequencial: V1 Descrição: V1 Chassi: 8AGCB48P0AR152730 Renavam: 190829311
Marca/Modelo: ICHÉVROLET AGILE LT Cor: VERMELHA Ano: 2009 Tipo: Automóvel
Emplacamento: SAO PAULO/SP
Occupantes: 1 Espécie: Passageiro Categoria: Particular
Proprietário: BANCO ITAUCARD SA
Endereço: R CHICO GOMES 00012CS2
Município/UF: CPF/CNPJ: 17.192.451/0001-70 CEP: 05.730-160

COMBINAÇÃO DE VEÍCULO DE CARGA

Placa U1: Placa U2: Placa U3: Placa U4:
Origem: PIRIPIRI/PI - BRASIL Destino: PEDRO II/PI - BRASIL

CIRCUNSTÂNCIA DO VEÍCULO

Manobra do Veículo no Acidente: Seguiu fluxo Saída de Pista? Não Derrapagem? Não Capotagem? Não Tombamento? Não
Colisão com Objeto Fixo: Não Houve Colisão com Objeto Móvel: Outro veículo Incêndio? Não

Marcas de Frenagem (m): 9,0 Estado dos Pneus: Bom

Descrição do Recolhimento:

DADOS DA CARGA

Carregamento: Houve Derramamento de Carga? Não Extensão dos Danos: Moeda: Real-R\$
Valor Total da Carga: R\$0,00 Produto Perigoso:

Descrição da Carga:

ENCAMINHAMENTO DO VEÍCULO

Tipo de Receptor: Data/Hora da Recepção (hora local): Motivo:

Responsável pela Recepção:

Documento do Responsável:

Município/UF:

Descrição do Encaminhamento:

VEÍCULOS ENVOLVIDOS

Placa: NHU-9006 Sequencial: V2 Descrição: V2 Chassi: 9C2JC30707R180458 Renavam: 524708573
Marca/Modelo: HONDA/CG 125 FAN Cor: PRETA Ano: 2007 Tipo: Motocicletas
Emplacamento: PARNAIBA/PI
Occupantes: 1 Espécie: Passageiro Categoria: Particular
Proprietário: FRANCISCO DAS CHAGAS CLEMENTE DE SOUSA
Endereço: CJ JOAZ SOUZA QD.20 CASA 00012
Município/UF: CPF/CNPJ: 228.181.113-15 CEP: 00.064-200

Telefones:

COMBINAÇÃO DE VEÍCULO DE CARGA

Placa U1: Placa U2: Placa U3: Placa U4:
Origem: PIRIPIRI/PI - BRASIL Destino: PEDRO II/PI - BRASIL

CIRCUNSTÂNCIA DO VEÍCULO

Manobra do Veículo no Acidente: Virava à esquerda Saída de Pista? Não Derrapagem? Não Capotagem? Não Tombamento? Não
Colisão com Objeto Fixo: Não Houve Colisão com Objeto Móvel: Outro veículo Incêndio? Não

Marcas de Frenagem (m): 0,0 Estado dos Pneus: Ruim

Descrição do Recolhimento:

DADOS DA CARGA

Carregamento: Houve Derramamento de Carga? Não Extensão dos Danos: Moeda: Real-R\$
Valor Total da Carga: R\$0,00 Produto Perigoso:

Descrição da Carga:

ENCAMINHAMENTO DO VEÍCULO

Tipo de Receptor: Data/Hora da Recepção (hora local): Motivo:

Responsável pela Recepção:

Documento do Responsável:

Município/UF:

Descrição do Encaminhamento:

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 29/07/2010 18:12:17

NÚMERO DE CONTROLE: 3167/ca7e875d486

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 740983
Comunicação: C827686
* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

CONDUCTOR ENVOLVIDO

Veículo: [V1/EMP-1669]
Nome/Apelido: [ACELINO VIANA DE OLIVEIRA NETO]
Data de Nascimento: [28/10/1960] Sexo: [Masculino] Estado Civil: [Casado]
Nome do Pai: [JOSÉ VIANA DE OLIVEIRA]
Nome da Mãe: [ANA MARIA DE JESUS OLIVEIRA]
Endereço: [RUA CHICO GOMES, 12, CASA 02, VILA ANDRADE, SANTO AMARO]
Município/UF: [SAO PAULO/SP]
Naturalidade: [PEDRO II/PI]
CPF: [663.341.741-34] Documento de Identificação: [35374042]
Origem: [PIRIPIRI/PI - BRASIL]
Estado Físico: [Ileso]
Destino: [PEDRO II/PI - BRASIL]
Socorrido pela PRF? [Não] Usava Cinto? [Ignorado]
Existente Declaração em Anexo? [Não]
Transcrição da Declaração: [Usava Capacete? [Não Aplicável]
Havia Vestígio de Ingestão de Alcool? [Não]

Conductor é Habilitado? [Sim] Categoria CNH: [B] Registro CNH: [03364969195/SP] Primeira Habilitação: [23/08/2004]
Validade CNH: [15/07/2014] País CNH: [] Dormia? [Não] Km Percorridos: [46,0] Horas Dirigindo: [01:00]
Pertences: []
Informações Complementares: []
ENCAMINHAMENTO DO CONDUCTOR
Tipo de Receptor: [] Responsável pela Recepção: []
Documento do Responsável: []
Município/UF: [] Data/Hora da Recepção (hora local): []
Descrição do [] Motivo: []

CONDUCTOR ENVOLVIDO

Veículo: [V2/NHU-9006]
Nome/Apelido: [FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA]
Data de Nascimento: [06/06/1959] Sexo: [Masculino] Estado Civil: [Solteiro]
Nome do Pai: [JOSE PEDRO DE SOUSA]
Nome da Mãe: [FRANCISCA GERÔNIMO DE SOUSA]
Endereço: [RUA JOÃO DE FREITAS RESENDE, 807]
Município/UF: [PIRIPIRI/PI]
Naturalidade: [PIRIPIRI/PI]
CPF: [349.617.473-00] Documento de Identificação: [1717978]
Origem: [PIRIPIRI/PI - BRASIL]
Destino: [PEDRO II/PI - BRASIL]
Estado Físico: [Lesões Graves]
Socorrido pela PRF? [Não] Usava Cinto? [Não Aplicável]
Existente Declaração em Anexo? [Não]
Transcrição da Declaração: [Usava Capacete? [Sim]
Havia Vestígio de Ingestão de Alcool? [Ignorado]

Conductor é Habilitado? [Não] Categoria CNH: [] Registro CNH: [] Primeira Habilitação: []
Validade CNH: [] País CNH: [] Dormia? [Não] Km Percorridos: [46,0] Horas Dirigindo: [01:00]
Pertences: []
Informações Complementares: []
ENCAMINHAMENTO DO CONDUCTOR
Tipo de Receptor: [] Responsável pela Recepção: []
Documento do Responsável: []
Município/UF: [] Data/Hora da Recepção (hora local): []
Descrição do [] Motivo: []

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 29/07/2010 18:12:17
NÚMERO DE CONTROLE: 3167fca7e875d486

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"



Relatório de Avarias para Classificação de Danos - PMG

Veículo:	I/CHEVROLET AGILE LT	Placa:	EMP-1689
Nome Policial:	HERTONIO JOSE DE ANDRADE PAZ	Nº BOAT:	740983
Data:	28/07/2010 09:50		

Item		Valor	SIM	NÃO	ND	Item		Valor	SIM	NÃO	ND
1	Teto	1		X		26	Longarina traseira esquerda	3			X
2	Capô	1	X			27	Caixa de Roda traseira esquerda	3			X
3	Painel dash	3		X		28	Assoalho porta-malas / Assoalho	1			X
4	Painel dianteiro	1		X		29	Caixa de Roda traseira direita	3			X
5	Quadro / Suporte do motor	2		X		30	Longarina traseira direita	3			X
6	Longarina Completa / Caixa de roda	3		X		31	Chassi porção traseira (veículos carga)	3			X
7	Longarina Parcial / Avental esquerdo	1		X		32	Suspensão traseira direita	2			X
8	Chassi porção dianteira (veículos	3		X		33	Lateral traseira direita	1			X
9	Pára-lama dianteiro esquerdo	1		X		34	Coluna traseira externa direita	1			X
10	Suspensão dianteira esquerdo	2		X		35	Coluna traseira externa e estrutura	3			X
11	Coluna dianteira externa esquerda	1		X		36	Porta traseira direita	1			X
12	Coluna dianteira externa e estrutura	3		X		37	Coluna central externa direita	1			X
13	Porta dianteira esquerda	1		X		38	Coluna central externa e estrutura	3			X
14	Soleira externa esquerda	1		X		39	Soleira externa direita	1			X
15	Soleira externa e estrutura esquerda	3		X		40	Soleira externa e estrutura direita	3			X
16	Assoalho central esquerdo	3		X		41	Assoalho central direito	3			X
17	Coluna central externa esquerda	1		X		42	Porta dianteira direita	1			X
18	Coluna central externa e estrutura esq.	3		X		43	Coluna dianteira externa direita	1			X
19	Porta traseira esquerda	1		X		44	Coluna dianteira externa e estrutura	3			X
20	Coluna traseira externa esquerda	1		X		45	Pára-lama dianteiro direito	1	X		
21	Coluna traseira externa e estrutura	3		X		46	Suspensão dianteira direito	2			X
22	Lateral traseira esquerda	1		X		47	Longarina completa / Caixa de roda	3			X
23	Suspensão traseira esquerdo	2		X		48	Longarina parcial / Avental direita	1			X
24	Tampa traseira	1		X							
25	Painel Traseiro / divisor	1		X							
Total (A):						Total (B):					

Monta Geral:	Pequena	Total 1	Total 2
--------------	---------	---------	---------

NÃO PONTUÁVEIS					MONTA				
49	Air Bag Motorista	0							
50	Air Bag Passageiro	0							
51	Air Bag Lateral	0							
52	Local de gravação do VIN	0							

Observações:

SIM = Item danificado	NÃO = Item não danificado/Não Existente	ND = Item que não foi possível definir o dano
-----------------------	---	---

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 29/07/2010 18:12:17
NÚMERO DE CONTROLE: 3167fca7e875d486

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"



OCORRÊNCIA: 740983
Comunicação: C827686
* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

Relatório de Avarias para Classificação de Danos em Motocicletas e veículos

Veículo:	HONDA/CG 125 FAN	Placa:	NHU-9006
Nome Policial:	HERTONIO JOSE DE ANDRADE PAZ		
Data:	28/07/2010 09:50		
Nº BOAT:	740983		

Item	Componentes Não Estruturais	Valor	SIM	NÃO	Item	Componentes Estruturais	Valor	SIM	NÃO
1	Guardão, suas fixações e comandos nele	2	X		A	Coluna de direção e mesas sup./inf.	3		X
2	Sist. de freio dianteiro hidráulico ou mecânico (fixações, mangueiras, cabos, acionamentos, pinças, tambor, disco, etc.)	2		X	B	Amortecedor(es) dianteiro(s)	3		X
3	Amortecedor(es) tras. [inclusive fixação no	2		X	C	Chassis (deformações, desalinhamentos, componentes, etc.)	3	X	
4	Motor e suas fixações.	2		X	D	Garfo traseiro (deformações, desalinhamentos, componentes,	3		X
5	Eixo do garfo traseiro	2		X					
6	Roda traseira (aro, cubo, raios, flanges, coroa, etc.)	2		X					
7	Eixo da roda dianteira/traseira.	2		X					
8	Sist. de freio traseiro hidráulico ou mecânico (fixações, mangueiras, acionamentos, pinça, tambor, disco, pedal, etc)	2		X					
9	Pedais de apoio do condutor e passageiro	1		X					
10	Bagageiro traseiro deformado (se houver).	1		X					
11	Alça traseira	1		X					
12	Assento (fixação e firmeza)	1		X					
13	Tanque de combustível, tampa do tanque e	2	X						
14	Roda dianteira (aro, cubo, raios, flanges, etc.)	2	X						
	Total (A) 6					Total (B) 3			
	Obs.:								

Monta Geral: Média

MONTA

Pequeno - menor ou igual a 16 ponto desde que não afete nenhum componente estrutural,
Medio - acima de 16 pontos desde que não afete dois ou mais componentes estruturais,
Grande - quando afetar dois ou mais componentes estruturais, independentemente do somatório de

LEGENDA

SIM = Item danificado

NÃO = Item não danificado/Não Existente

ND = item que não foi possível definir o dano

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.doi.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 29/07/2010 18:12:17
NÚMERO DE CONTROLE: 3167fca7e875d486

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA".



**Seguradora Líder dos
Consórcios do Seguro DPVAT**

RIO DE JANEIRO, 08 DE AGOSTO DE 2011
PREZADO(A) SENHOR(A)

INFORMAMOS QUE CONSTA DE-NOSSOS REGISTROS A ABERTURA DO PEDIDO DE INDENIZACAO DO SEGURO DPVAT ABAIXO DETALHADO:

SINISTRO N. - 2011/294197
DATA ACID. - 28/07/2010
VITIMA - FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA
BENEFICIARIO - FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA
GARANTIA - INVALIDEZ
SEGURADORA - AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS
PROCURADOR - UBALDO GUTIERREZ DE ARAUJO BRITO

PARA ACOMPANHAR O ANDAMENTO DO PROCESSO, ACESSE O SITE DPVAT WWW.DPVATSEGURO.COM.BR OU LIGUE PARA A CENTRAL DE ATENDIMENTO DPVAT PELO TELEFONE 0800-0221204.

PARA FAZER A CONSULTA, TENHA EM MAOS O NUMERO DO SINISTRO E O CPF DO BENEFICIARIO. AO DIGITAR QUALQUER UM DESSES NUMEROS NO SITE DPVAT, NAO UTILIZE BARRAS, PONTOS E TRACOS.

OUTRAS INFORMACOES IMPORTANTES SOBRE O SEU PEDIDO DE INDENIZACAO:

O PRAZO PARA RECEBIMENTO DA INDENIZACAO E DE ATÉ 30 DIAS. DURANTE A ANALISE DO PEDIDO, PODEM SER SOLICITADOS DOCUMENTOS OU INFORMACOES COMPLEMENTARES. QUANDO ISSO OCORRE, O PRAZO DE 30 DIAS E INTERROMPIDO E SE REINICIA A PARTIR DA DATA DA APRESENTACAO DOS DOCUMENTOS OU DAS INFORMACOES COMPLEMENTARES.

O VALOR DE INDENIZACAO DA GARANTIA ACIMA RECLAMADA E PROPORCIONAL AO GRAU DA LESAO SOFRIDA E, NA FORMA DA LEI, PODE ALCANCAR ATÉ O LIMITE MAXIMO DE RS *13.500,00

ATENCAO: PRECISA RECORRER A INTERMEDIARIOS PARA VOCE NAO RECEBER A INDENIZACAO DO SEGURO DPVAT. SOLICITAR O PROCESSO DO INICIO AO FIM E CUIDE VOCE ACOMPANHE O RECEBIMENTO DA INDENIZACAO. E SIMPLES E FACIL. MESMO DO RECEBIMENTO DA INDENIZACAO.

ATENCIOSAMENTE,

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA - SSP
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL
GERENCIA DE POLÍCIA DO INTERIOR
6ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL - PIRIPIRI
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE PEDRO II-PI



DECLARAÇÃO

DECLARA, por ser a expressão da verdade e para os devidos fins legais que: nesta cidade de Pedro II - PI, NÃO existe Instituto Médico Legat – IML.

O referido é verdade e dou fé.

Pedro II - PI, 11 de março de 2011.

Bergson do Vale Mendonça
Bergson do Vale Mendonça
Escrivão de Polícia Civil "Ad Hoc"
Matricula 227214-8

Bergson do Vale Mendonça
Escrivão de Polícia "Ad Hoc"
Mat. 227214-8



CARTÓRIO JONATAS MELO
POMBA ALVARO FERREIRA, 47 - PIRIPIRI-PI
JONATAS MELO

AUTENTICAÇÃO
CERTIFICADO DE A PRESENTE FOTOCOPIA CORRESPONDE COM A ORIGINAL
EXIBIDA NESTAS ALFAS DA
EM TESTEMUNHO

PIRIPIRI-PI, 19/07/2011

JONATAS MELO-TABULEIRO

09165219072011/66

VÍTIMA: FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA

TIPO DE RECLAMANTE: Vítima

DATA DE RECLAMAÇÃO: 17/06/2011

ATENDENTE: ELIANE

SEGURADORA: TOKIO MARINE SEGURADORA S/A

NATUREZA: Invalidar Parcial

OBS.:

NÚMERO DO SINISTRO:

TELEFONE: 0800.221204 (FENASEG)

DOCUMENTOS APRESENTADOS: Aviso de sinistro / Autorização de crédito;
Boletim de ocorrência;
RG da vítima;
CIC da vítima;
Comprovante de residência oficial da vítima;
Relatório do 1º atendimento médico;
Relatório de lesões sofridas e tratamento realizado;
Declaração da SSP informando a inexistência de IML na circunscrição do acidente;

Documentos(s) do(s) Beneficiário(s):
1. O MESMO
RG;
CIC;
Comprovante de residência oficial;

- * Os documentos listados acima estarão sujeitos a análise da seguradora.
- * Caso a seguradora julgue necessário, outros documentos poderão ser solicitados.

Acompanhe seu processo DPVAT através do site

www.edr.com.br


Atendente: ELIANE

(86) 9906-0550
3222-6627



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE PEDRO II
Telefone: (0xx86) 3271-2575



Pedro II – PI, 06 de outubro de 2010.

CERTIDÃO

CERTIFICO, a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo o Livro de Registro de Boletins de Ocorrências desta Delegacia, encontrei um Boletim de Ocorrência registrado às fls. 99/V e 100, cujo teor é o seguinte: “BO Nº 496/10. Del. de Pol. de Pedro II – PI. Data: 16/09/10; Hora: 09h51. Resp. p/ registro: Leite. Dados do Noticiante: **JOSÉ PEDRO DE SOUSA**, brasileiro, piauiense, casado, lavrador, residente na Rua João de Freitas Resende, 807, Prado, Piripiri – PI, RG Nº 642.511-PI, CPF Nº 773.802.583-20. Natureza do Fato: Acidente Automobilístico. Narrativa do Fato: O noticiante compareceu a esta Delegacia, para comunicar que o seu filho, Sr. **FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA**, RG Nº 1.717.978-SSP/PI, CPF Nº 349.617.473-00, brasileiro, piauiense, solteiro, trabalhador autônomo, com 50 anos de idade, filho de José Pedro de Sousa e de Francisca Jerônimo de Sousa, residente no endereço supracitado, sabendo apenas assinar o nome, foi vítima de acidente automobilístico, quando, por volta das 09h00 do dia 28/07/10, pilotava a motocicleta marca/modelo Honda/CG 125 FAN, ano/modelo 2007, cor preta, Código RENAVAM Nº 924708573, que está em nome de FRANCISCO DAS CHAGAS CLEMENTE DE SOUSA, residente na Estrada Rosápolis, Parnaíba – PI, placa NHU-9006, chassi Nº 9C2JC30707R180458, pela Rodovia BR 404, e, já neste município de Pedro II – PI, sofreu um acidente de trânsito, ocasião em que fraturou a tibia esquerda, tendo sido socorrido por policiais militares, que o levaram para o Hospital Josefina Getirana Netta, situado nesta cidade, de onde foi transferido para o HUT, em Teresina, onde foi cirurgiado nas duas pernas, e onde também passou 36 (trinta e seis) dias internado, quando recebeu alta e voltou para casa, em Piripiri – PI, sendo que ainda foi implantado platina, no pé direito do mesmo. Noticiante: José Pedro de Souza.” Era o que tinha a certificar. O referido é verdade e dou fé. Antonio Leite de Carvalho (ANTONIO LEITE DE CARVALHO), Escrivão de Polícia Civil de Classe Especial, que o digitei e assino. ///////////////

ANTONIO LEITE DE CARVALHO
Delegado de Polícia Civil de Pedro II

FOLHA DE ANESTESIA



UNIDADE DE SAÚDE

ZENON ROCHA

NOME DO PACIENTE: <u>Francisco das Chagas de Souza</u>						Nº DE REGISTRO	
DATA: <u>28.07.10</u>	P. ARTERIAL <u>100x60</u>	PULSO <u>120</u>	RESPIRAÇÃO	TEMPERATURA	PESO	ALTURA	
EXAMES DE SANGUE	GR. SANGÜINEO	HEMATIMETRIA	HEMOGLOBINEMIA	HEMATÓCRITOS	GLICEMIA	DOS. URÉIA	
EXAMES DE URINA							
FUNÇÃO RESPIRATÓRIA							
SISTEMA CIRCULATORIO					ELETROCARDIOGRAMA		
SISTEMA RESPIRATÓRIO					ASMA		BRONQUITE
SISTEMA DIGESTIVO				SISTEMA URINÁRIO			
ESTADO MENTAL				CORTICÓIDES		ATARÁXICOS OUTROS	
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO <u>fratura exposta perna D.</u>					FÍSICO		
PRÉ-MEDICAÇÃO (AGENTES DOSES)				APLICADO ÀS		EFEITOS	
AGENTES ANESTÉSICOS		OXIGÊNIO	16:00 17:00 18:00				TOTAL DE DOSES
		1					<u>selco 18 MSE</u> ① 1mg ② 1mg ③ 1h ④ 1mg
		2					
		3					
LÍQUIDOS		SO. UTO 500					SEQUÊNCIA ① 1mg ② 1mg ③ 1h ④ 1mg
		SANGUE 400					
		OUTROS 300					
		100					
TEMPERATURA T		Cº					5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15
		260					
		240					
		2					
P. ARTERIAL V O PULSO		38					16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30
		200					
		180					
		160					
INÍCIO E FIM ANESTESIA X		1					31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50
		140					
		120					
		100					
INÍCIO E FIM OPERAÇÃO		80					51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70
		60					
		40					
		20					
RESPIRAÇÃO O		18					71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90
		16					
		14					
		12					
SÍMBOLOS							DURAÇÃO
TÉCNICAS		<u>Raqui anestesia agulha 20G L3-L4</u>					INCIDENTE - ACIDENTE <u>NON</u>
OPERAÇÕES		<u>Procedimento de fratura diafise da tíbia</u>					
CIRURGIÕES		<u>Dr. Carlos</u>					
ANESTESISTAS		<u>Dr. Nair</u>					
PARTICULARIDADES		CONDICÕES PÓS-OPERATÓRIA IMEDIATAS: <u>Bom andamento</u>					

Dra. Nair da Costa Sobral Andrade
Anestesiologista
CRM 2039 CPF 386.925.973-68

Dra. Nair da Costa Sobral Andrade
Anestesiologista
CRM 2039 CPF 386.925.973-68

Fis. Nº _____
Proc. Nº _____
Rubrica _____

DATA 98/07/10

PRONTUÁRIO Nº: 85971

CIRURGIA:

Nº DA SALA:

CPF No.

CP# No

CPF No.

11.14

NULL

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO
---------------	-------	--------	-------

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO
AGULHA 25X8	UNID.	01		LÂMINA DE BISTURI	UNID.	01	
AGULHA 30X8	UNID.	01		LUVA Nº 7,0	PAR	08	
AGULHA 40X12	UNID.	01		LUVA Nº 8,0	PAR	08	
AGULHA RAQUE	UNID.	01		LUVA DE PROCEDIMENTO	PAR	04	
ALCOOL 70%	ML	30		PVPI DE GERMANTE	ML	200	
ALGODÃO	BOLA	08		PVPI TÓPICO	ML	50	
AGUA OXIGENADA	ML	30		PVPI TINTURA	ML		
COMPRESSA	PAC.	05		SERINGA 20CC	UNID.	01	
EQUIPO MACRO-GOTA	UNID.			SERINGA 10CC	UNID.	01	
ESPARADRAPO	CM	50		SERINGA 5 CC	UNID.	01	
ESCALPE Nº	UNID.			SERINGA 3 CC	UNID.		
FORMOL	ML			SOROFISIOLÓGICO	FRASCO	5	
GASES	PAC.	05		SONDA URETRAL	UNID.		
JELCO Nº	UNID.	01					
FIOS	UNID.						
CAT. GUT. SIMPLES C/AG.							
CAT. GUT. SIMPLES S/AG.							
CAT. GUT. CROMADO C/AG.							
CAT. GUT. CROMADO S/AG.							
ALCOFIL							
MONONYLON							
FITA UMBILICAL							
VICRYL							
PROLENE							

**FMS**

Fundação Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

Fls. Nº _____

Proc. Nº _____

Rubrica _____

BOLETIM DE CONTROLE DE CENTRO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICODATA 31, 08, 2010

NOME DO PACIENTE: <u>Fernando dos Reis e Sousa</u>	PRONTUÁRIO Nº: <u>20041</u>
DIAGNÓSTICO:	CIRURGIA:
ANESTESIA:	Nº DA SALA: <u>06</u>
CIRURGIÃO: <u>Cláudio Nascimento</u> <i>Ortopedia e Traumatologia</i> CRM - 2779	CPF Nº
AUXILIAR:	CPF Nº
ANESTESIA: <u>Dr. Carlos Augusto</u>	CPF Nº
INSTRUMENTADORA: <u>José Maria</u>	CPF Nº

MATERIAL DE CONSUMO

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO
AGULHA 25X8	UNID.	<u>02</u>		LÂMINA DE BISTURI <u>m: 24</u>	UNID.	<u>01</u>	
AGULHA 30X8	UNID.	<u>02</u>		LUVA Nº <u>70</u>	PAR	<u>02</u>	
AGULHA 40X12	UNID.	<u>04</u>		LUVA Nº <u>80</u>	PAR	<u>04</u>	
AGULHA RAQUE	UNID.	<u>01</u>		LUVA DE PROCEDIMENTO	PAR	<u>06</u>	
ÁLCOOL 70%	ML	<u>50</u>		PVPI DE GERMANTE	ML	<u>50</u>	
ALGODÃO	BOLA	<u>02</u>		PVPI TÓPICO	ML	<u>50</u>	
AGUA OXIGENADA	ML	<u>50</u>		PVPI TINTURA	ML		
COMPRESSA	PAC.	<u>04</u>		SERINGA 20CC	UNID.	<u>03</u>	
EQUIPO MACRO-GOTA	UNID.	<u>01</u>		SERINGA 10CC	UNID.		
ESPARADRAPO	CM	<u>30</u>		SERINGA 5 CC	UNID.	<u>02</u>	
ESCALPE Nº	UNID.			SERINGA 3 CC	UNID.		
FORMOL	ML			SOROFISIOLÓGICO	FRASCO	<u>03</u>	
GASES	PAC.	<u>06</u>		SONDA URETRAL	UNID.		
JELCO Nº <u>20</u>	UNID.	<u>01</u>		<u>Atividade Curativa</u> <u>Unid.</u> <u>01</u>			
FIOS	UNID.	QUANT.	PREÇO	OCORRÊNCIA:			
CAT. GUT. SIMPLES C/AG.							
CAT. GUT. SIMPLES S/AG.							
CAT. GUT. CROMADO C/AG.							
CAT. GUT. CROMADO S/AG.							
ALCOFIL							
MONONYLON <u>2-0</u> <u>Unid.</u> <u>02</u>							
FITA UMBILICAL				ENFERMARIA:			
VICRYL				CIRCULANTE: <u>Mrs. Kênia</u>			
PROLENE							



LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO
DE PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E OU MUDANÇA
DE PROCEDIMENTO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1-Nome do estabelecimento solicitante: HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT	2-CNES 5828856	Código da Internação:
3-Nome do estabelecimento executante: HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT	4-CNES 5828856	18356

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

5-Nome: FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA	6 - Prontuário: 85271		
7-CNS:	8-Nascimento: 06/06/1959	9-Sexo: Masculino	RG: 1717978- SSP-PI-Exp:
11-Mãe: FRANCISCA JERONIMO DE SOUSA	12-Fone: - -		
13-Resp: JOSE PEDRO	14-Fone: - -		
15-Ender: RUA, JOAO F. RESENDE 207 - DIE FATIMA - CEP: 64260-000	17-Cod.IBGE: 220840	18-UF: PI	19-CEP: 64260-000
16-Munic: PIRIPIRI			

MUDANÇA DE PROCEDIMENTO

19-Cod. Procd.Anterior	18 - Procedimento Principal Anterior / Descrição
21-Cod. Mudança Procd.	20 - Mudança de Procedimento / Descrição
27-CID Pri.: 26-Diagnóstico:	28-CID Sec.: 29-CID C.Ass.:

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

31-Cod.Proced.Princip. 0408050500	30 - Procedimento Principal / Descrição: TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA DIAFISE DA TIBIA	<input checked="" type="checkbox"/>
31-Cod.Procedi- mento Especial 0702030406	32 - Descrição do Procedimento Especial: FIXADOR EXTERNO LINEAR	Quant. Soli- cidata: 1

38-Nome Profissional Solicitante: CAIO VAZ DE OLIVEIRA NETO	40-Tp. Documento: CPF	 DR. Caio Vaz MEDICO ORTOPEDISTA CRM/PI 3054
39-Data Solicitação: 28/07/2010	40-No.Doc. Med. Solic.: 776.327.023-34	
		41-Ass.Carimbo Med.Sol. (CRM)

JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

Fratura Exposta fratura do perone Exposta

AUTORIZAÇÃO

46 - Nome do Profissional Autorizador:	47-Data Autorização: / /	48-CNS/CPF:
51-Justificativa da 'NÃO' autorização:		
50. Nome do Profissional/parecer controle de avaliação/auditoria	51-Data Autorização: / /	49-Ass.Carimbo (Rg.Conselho) 52-CNS/CPF: Simone Maria Machado Auditora FMS/SSUS/Teresina CRM-PI 1096 EPIU 278.095.112-20 CNS 17033316930007 53-Ass.Carimbo (Rg.Conselho)

(LEANDRO VIEIRA)



Orgão Emissor: M221100001

AIH : 221010173966-0

UNI : H.U.T (PROF. ZENON ROCHA)

NASCIMENTO

06/06/1959

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO
DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1-Nome do estabelecimento solicitante:

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

3-Nome do estabelecimento executante:

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

D.LIBERA: 03/09/2010

DT. LAUDO: 03/08/2010

PROCED.: 0408050543 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO PILAO TIBIAL

OP.SIST: REGINA

CID : S823

ASS. MEDICO RESPONSÁVEL

4-CNES

5828856

20045

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

5-Nome: FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA

6 - Prontuário: 85271

7-CNS:

8-Nascimento: 06/06/1959

9-Sexo: Masculino

RG: 1717978 - SSP-PI

11-Mãe: FRANCISCA JERONIMO DE SOUSA

12-Fone: - -

13-Resp: JOSE PEDRO

14-Fone: - -

15-Ender: RUA, JOAO F. RESENDE 207 - DIE FATIMA - CEP: 64260-000

16-Munic: PIRIPIRI

17-Cod.IBGE: 220840

18-UF: PI

19-CEP: 64260-000

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

20 - Principais sinais e sintomas clínicos:

Paciente com história
de pilão tibial necessitando osteossíntese
com placa e + novo
percurso

21 - Condições que justificam a internação:

Fratura de pilão tibial

22 - Principais resultados de provas diagnósticas (Resultado de exames realizados):

Raxo

23-Diagnóstico Inicial:

Fratura da extremidade distal da tibia

24-CID Prim:

S823

25-CID Sec.:

26-CID C.Ass.:

PROCEDIMENTO SOLICITADO

28-Cod.Proced.: 27-Procedimento Solicitado:

0408050543

TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO PILAO TIBIAL

Tempo SUS

4

29-Clinica:

30-Caráter: Ident.:

02

01

CPF

32-Doc. Méd. Solic.:

695.721.193-20

33-Nome Profissional Solicitante/Assistente:

34-Data Solicitação:

31/08/2010

35-Ass.Carimbo Med.Sol.(CRM)

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36- () Acidente de Trânsito

39-CNPJ Seguradora:

40-No.Bilhete:

41-Série:

37- () Acidente Trabalho Típico

42-CNPJ Empresa:

43-CNAE Empresa:

44-CBOR:

38- () Acidente Trabalho Trajeto

45 - Vínculo com a Previdência:

() Empregado

() Empregador

() Autônomo

() Desempregado

() Aposentado

() Não Segurado

AUTORIZAÇÃO

46 - Nome do Profissional Autorizador:

47-Data Autorização:

03/08/10

48-Docimento:

49-Num. Documento:

() CNS () CPF

51 - Assinatura Paciente ou Responsável:

JOSE PEDRO

Usuário: (LEANDRO VIEIRA)

Consulta Local: 87452

Consulta SUS:

PROC. Nº 002.2011.032.735-6

Vistos, etc.

FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA, qualificado, ajuizou ação ordinária de cobrança do seguro DPVAT, em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Relatou, em síntese, que no dia 28 de julho de 2010 foi vítima de um acidente de trânsito que lhe causou várias lesões pelo corpo, as quais o levaram à invalidez permanente. Aduziu ter formulado pedido administrativo junto à demandada para o pagamento da indenização a que faz jus, tendo, no mês de agosto de 2011, havido o pagamento da quantia de R\$ 1.687,50.

Requer a procedência do pedido para que seja a ré condenada a efetuar o pagamento do valor correspondente à diferença entre o valor que deveria ter recebido (R\$ 13.500,00) e a quantia que efetivamente recebeu.

Acostou documentos.

Audiência de conciliação, instrução e julgamento, sem êxito.

Na contestação, defendeu a inexistência da invalidez permanente argüida.

No mérito, alegou a quitação da dívida, porquanto o autor já recebeu administrativamente o pagamento da indenização a que fazia jus. Ressaltou a aplicação da Medida Provisória nº 451, de 15/12/2008. Pugnou pela improcedência do pedido.

O RELATÓRIO.

DECIDO.

Por primeiro, esclareça-se que a Reclamação objeto da suspensão deste feito foi julgada em 08/02/2012.

De acordo com a documentação apresentada, verifica-se que o autor foi vítima de acidente de trânsito, ocorrido em **28/07/2010**, o que lhe resultou lesões graves que o deixaram incapacitado para as atividades habituais, conforme se vê do "Relatório Médico" apresentado no evento 01.

Em razão disso, já foi realizado parte do pagamento na via administrativa, de acordo com documento juntado, o que configura o reconhecimento da invalidez permanente pela seguradora. Ressalte-se que o pagamento parcial do valor da indenização no âmbito administrativo não implica em renúncia da cobrança do valor remanescente devido, conforme teto indenizatório fixado legalmente.

Com efeito, a jurisprudência é unânime no sentido de que o pagamento efetuado administrativamente nos casos de seguro DPVAT não tem o condão de extinguir a obrigação.

Até o advento da Medida Provisória nº 451/2008, publicada em 16/12/2008, convertida na Lei 11.945/2009, não há que se falar em graduação de invalidez para a fixação do montante indenizatório.

Contudo, após a edição da Medida Provisória precitada, mesmo que se trate de seguro pessoal de caráter obrigatório e social, a indenização securitária deverá observar o grau de invalidez do segurado, ante a expressa disposição legal.

No caso concreto, à época do sinistro, ocorrido em 28/07/2010, já estava vigendo a Medida Provisória nº 451, posteriormente convertida na Lei 11.945/2009, de sorte que devem ser aplicadas de pronto as alterações introduzidas por ela na Lei 6.194/74.

Dessa forma, o autor teria direito a indenização do seguro obrigatório DPVAT no montante de R\$ 13.500,00, teto definido pela Lei 11.482/2007, se tivesse ocorrido invalidez total e permanente.

No caso, há prova do acidente de trânsito e de que, em consequência dele, houve dano físico ao autor, inclusive com o pagamento administrativo da indenização securitária. Conforme se observa do Relatório Médico, houve perda de 100% da capacidade funcional do pé direito.

De posse desses elementos, o cálculo é elaborado da seguinte forma:

- Capital segurado para o caso de invalidez permanente: R\$ 13.500,00.

-Declaração médica: incapacidade funcional permanente de 100% do membro superior direito.

- Após consultar a Tabela Para Cálculo da Indenização em Caso de Invalidez Permanente, verifica-se o percentual sobre o capital segurado correspondente ao órgão lesado: 50%.

- Indenização a ser paga: $13.500 \times 100\% \times 50\% = \text{R\$ } 6.750,00$.

Como desse total o autor já recebeu administrativamente o valor de R\$ 1.687,50, resta-lhe receber a quantia de R\$ 5.062,50.

Isto posto, julgo procedente a ação, para condenar a seguradora a efetuar o pagamento da diferença devida, no valor de R\$ 5.062,50, acrescido de juros de 1% ao mês, contados a partir da citação, cuja quantia deverá ser depositada na conta deste JECC (nº 13.374-4, agência 0129-5, Banco do Brasil S/A), **no prazo de 15 dias a contar do trânsito em julgado desta decisão, sob pena do acréscimo de multa no valor de 10% (art. 475-J, CPC).**

Intimem-se.

Piripiri, 08 de março de 2012.

Juíza Maria Helena Rezende Andrade Cavalcante

Titular do JECC

Vistos, etc.

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, através de seu procurador legalmente constituído, interpôs Embargos de Declaração contra a sentença proferida nos autos da ação Ordinária de Cobrança que lhe moveu Francisco das Chagas de Sousa, regularmente qualificado nos autos.

Alega, em suma, que na sentença embargada verificou-se omissão quanto ao período de incidência da correção monetária e juros, por isso que mostra-se necessário que os embargos sejam recebidos e providos para sanar as omissões apontadas, esclarecendo sobre a incidência de correção monetária e juros sobre a condenação no valor de R\$ 5.062,50, a título de diferença havida entre o que o autor deveria ter recebido e o que efetivamente recebeu da seguradora.

BREVEMENTE RELATADOS, DECIDO.

A sentença deve, realmente, ser modificada em relação à condenação ao pagamento da quantia de R\$ 5.062,50 ao autor-embargado.

Com efeito, a decisão determinou que o valor da condenação fosse pago sem especificar o início da incidência dos juros e da correção monetária.

É entendimento já sumulado pelo STJ (Súmula 362) que a correção monetária incide desde a data do arbitramento, ou seja, desde a data da sentença, que no particular foi em 08.03.2012 (evento 24).

Em relação aos juros moratórios, o entendimento é de que fluem a partir da citação, que ocorreu em 17.10.2011 (evento 07).

Assim sendo, estabelecido o início da incidência de cada acréscimo legal, o valor da condenação, corrigido, é de R\$ 5.371,97, conforme cálculo elaborado pela contadoria deste Forum - aplicando juros de 1% a.m e o índice da correção monetária do mês de março/2012 ? cujo cálculo fica fazendo parte integrante desta decisão, cujo valor deverá ser pago no prazo de 15 dias após o trânsito em julgado da sentença, sob pena da aplicação de multa de 10% (art. 475-J, CPC), esclarecendo-se que a interposição

de embargos, em sede de Juizados Especiais, não interrompe mas apenas suspende o prazo para recurso.

De todo o exposto, julgo procedentes os embargos para suprir a omissão apontada.

Intimem-se, inclusive para o cumprimento da sentença.

Piripiri, 25 de abril de 2012.

Juíza Maria Helena Rezende Andrade Cavalcante

Titular do JECC

Vistos, etc.

HOMOLOGO, para que produza os devidos efeitos legais, o acordo de vontades celebrado entre as partes (ev. 45).

Em consequência, julgo extinto o processo com fulcro no art. 269, III, do CPC, autorizando a expedição de alvará em favor do autor, para levantamento da quantia acordada e já depositada (ev. 46).

Após o recebimento do alvará, arquivem-se.
Intimem-se.

Piripiri, 14 de janeiro de 2013.

Juiza Maria Helena Rezende Andrade Cavalcante

Pressione **F11** para sair do modo tela cheia

Página Inicial Ações de 1º Grau Ações de 2º Grau Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas para Petitioner Estatísticas Outros [Sair do Sistema](#)

DADOS DO PROCESSO



Sucesso:

- Documento(s) foram inseridos com sucesso! CÓDIGO DO PROTOCOLO:17293747 - 6 de Agosto de 2019 às 17:13:44

Processo nº 0010449-72.2019.818.0002 (119 dias em tramitação)

Proc. Principal	O Próprio	Proc. Dependentes	Recursos Originários/Ações Autônomas
Juiz:	J.E. Cível Piripiri - Anexo 1 CHRISFAPÍ Juiz: MARIA HELENA REZENDE ANDRADE CAVALCANTE		
Assunto:	Acidente de Trânsito « Indenização por Dano Material « Responsabilidade Civil « DIREITO CIVIL		
Complementares:			
Classe:	Procedimento do Juizado Especial Cível « Procedimento de Conhecimento « Processo de Conhecimento « PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO		
Segredo de Justiça	NÃO		
Fase Processual:	CONHECIMENTO		
Situação:		Objeto	OBJETO NÃO CADASTRADO
Valor da Causa:	R\$ 6.615,00	Data de Distribuição	9 de Abril de 2019 às 08:50:21
Cartório		Último Evento	Juntada de Petição de Embargos de Declaração
Extrajudicial:		Prioridade	
Petições P/ Analisar:		4 juntada(s)	Prazos Para certificar em Vara: 0 intimações 0 cumprimentos do cartório
INEXISTENTE			

Destacar movimentações realizadas por:

☐ Magistrados ☐ Secretaria ☒ Advogados ☐ Ministério Público ☐ Cartórios Extrajudiciais ☐ Turma Recursal ☐ Outros

Navegar pelo Processo

Nº	Eventos do Processo	Data	Perfil	Movimentado por	Arquivos/Observação
27	Juntada de Petição de Embargos de Declaração	06/08/2019 17:13	Advogado	HERISON HELDER PORTELA PINTO	Arquivo
Arquivos:	EMBARGO DE DECLARAÇÃO	Ass.: HERISON HELDER PORTELA PINTO	2597912_EMBARGOS_DE_DECLARACAO_SENTNECA_1a_INSTANCEIA_01.pdf		
	EMBARGO DE DECLARAÇÃO	Ass.: HERISON HELDER PORTELA PINTO	Anexo_01.pdf		
26	Intimação lido(a) (Por LUIS CARLOS) em 06/08/19 *Referente ao evento Com Resolução do Mérito(29/07/19)	06/08/2019 12:55	Advogado	LUIS CARLOS	
25	Intimação lido(a) (Por HERISON HELDER PORTELA PINTO) em 05/08/19 *Referente ao evento Com Resolução do Mérito(29/07/19)	05/08/2019 15:00	Advogado	HERISON HELDER PORTELA PINTO	
24	Intimação expedido(a) (P/ Advgs. de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.)	29/07/2019 10:22	Juiz de Direito	MARIA HELENA REZENDE ANDRADE CAVALCANTE	
23	Intimação expedido(a) (P/ Advgs. de FRANCISCO DAS CHAGAS)	29/07/2019 10:22	Juiz de Direito	MARIA HELENA REZENDE ANDRADE CAVALCANTE	
22	Com Resolução do Mérito	29/07/2019 10:22	Juiz de Direito	MARIA HELENA REZENDE ANDRADE CAVALCANTE	Arquivo
21	Conclusos para Sentença	18/06/2019 11:55	Juiz Leigo	ITALO BRUNO DE OLIVEIRA SILVA	
20	Audiência Instrução e Julgamento Realizada Sem conciliação	18/06/2019 11:55	Juiz Leigo	ITALO BRUNO DE OLIVEIRA SILVA	Arquivo
19	Juntada de Petição de Petição	05/06/2019 10:51	Advogado	HERISON HELDER PORTELA PINTO	Arquivo
18	Juntada de AR - Aviso de Recebimento	20/05/2019 11:47	Diretor de Secretaria	JESSICA ARIANE SAMPAIO DE LIMA	Arquivo
17	Citação lido(a) P/ SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. em 02/05/19	20/05/2019 11:46	Conciliador	JESSICA ARIANE SAMPAIO DE LIMA	
16	Intimação realizada em Cartório/Audiência (P/ Advgs. de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.)	09/05/2019 09:16	Conciliador	MAYARA ROSMARY DE SOUZA MELO SILVA	
15	Intimação realizada em Cartório/Audiência (Para SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.)	09/05/2019 09:16	Conciliador	MAYARA ROSMARY DE SOUZA MELO SILVA	
14	Intimação realizada em Cartório/Audiência (P/ Advgs. de FRANCISCO DAS CHAGAS)	09/05/2019 09:16	Conciliador	MAYARA ROSMARY DE SOUZA MELO SILVA	
13	Intimação realizada em Cartório/Audiência (Para FRANCISCO DAS CHAGAS)	09/05/2019 09:16	Conciliador	MAYARA ROSMARY DE SOUZA MELO SILVA	
12	Audiência Instrução e Julgamento Designada (Agendada para 18 de Junho de 2019 às 09:30)	09/05/2019 09:16	Conciliador	MAYARA ROSMARY DE SOUZA MELO SILVA	
11	Audiência Conciliação Realizada Sem conciliação	09/05/2019 09:16	Conciliador	MAYARA ROSMARY DE SOUZA MELO SILVA	Arquivo